

CRMV-ES

Cargo -
ADVOGADO



Editais verticalizados

CRMV ES - Conselho Regional de
Medicina Veterinária do Espírito Santo

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
3. Domínio da ortografia oficial.
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
5. Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
6. Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.
7. Redação e correspondências oficiais. 7.1 Manual de Redação da Presidência da República.

RACIOCÍNIO LÓGICO:

1. Estruturas lógicas.
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.
3. Lógica sentencial (ou proposicional). 3.1 Proposições simples e compostas. 3.2 Tabelas-verdade. 3.3 Equivalências. 3.4 Leis De Morgan. 3.5 Diagramas lógicos.
4. Lógica de primeira ordem.
5. Princípios de contagem e probabilidade.
6. Operações com conjuntos.
7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA:

1. Noções de sistema operacional (Windows 10 e 11).
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (Ambientes Microsoft Office).
3. Rede de computadores: Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos e internet e intranet; Programas de navegação; Correio eletrônico; Sítios de busca e pesquisa na internet.
4. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.
5. Segurança da informação.
6. Procedimentos de segurança: Noções de vírus, worms e pragas virtuais; Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.).
7. Procedimentos de backup.

ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA, EXCETO PARA O CARGO 100-ADVOGADO):

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como recursos hídricos, segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO:

1. Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material.
2. Conceito de direito administrativo.
3. Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo.
4. Lei formal.

5. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais; tratados internacionais; costume.
6. Descentralização e desconcentração da atividade administrativa.
7. Relação jurídico-administrativa.
8. Personalidade de direito público.
9. Conceito de pessoa administrativa.
10. Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo.
11. Classificação dos órgãos e funções da administração pública.
12. Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição.
13. Avocação e delegação de competência.
14. Concentração e desconcentração de competência.
15. Ausência de competência: agente de fato.
16. Hierarquia.
17. Poderes e Prerrogativas da Administração Pública.
18. Poder Regulamentar.
19. Conceito de poder-dever.
20. Supremacia do interesse público.
21. Poder hierárquico e suas manifestações.
22. Administração Pública direta e indireta.
23. Autarquias.
24. Agências reguladoras e executivas.
25. Fundações públicas.
26. Empresa pública.
27. Sociedade de economia mista.
28. Entidades paraestatais em geral.
29. Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos.
30. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo.
31. Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo.
32. Atos administrativos simples, complexos e compostos.
33. Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais.
34. Atos administrativos gerais e individuais.
35. Atos administrativos vinculados e discricionários.
36. Mérito do ato administrativo, discricionariedade.

37. Controle do ato administrativo.
38. Ato administrativo inexistente.
39. Atos administrativos nulos e anuláveis.
40. Revogação, anulação e convalidação dos atos administrativos.
41. Teoria das nulidades no direito administrativo.
42. Vícios do ato administrativo.
43. Teoria dos motivos determinantes.
44. Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999).
45. Contratos administrativos: elementos, características, formação, execução, modificação e formas de extinção.
46. Discussão sobre sua existência como categoria específica; conceito, espécies e caracteres jurídicos.
47. Licitação: conceito, modalidades e procedimentos; dispensa e inexigibilidade de licitação.
48. Normas gerais.
49. Legislação pertinente: Lei nº 14.133/2021 e alterações; Sistema de Registro de Preços.
50. Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016.
51. Convênios administrativos.
52. Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005).
53. Terceiro setor.
54. Parcerias público-privadas (Lei nº 11.079/2004).
55. Acordos administrativos e Administração Pública consensual.
56. Prescrição da pretensão punitiva e executória.
57. Prescrição intercorrente.
58. Marcos interruptivos da prescrição.
59. Lei nº 9873/1999.
60. LINDB (Decreto nº 4.657/1942, com as alterações da Lei nº 12.376/2010).
61. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).
62. Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016).
63. Poder regulatório e legalidade.
64. Conformação da atividade econômica por normas estatais.
65. Lei de liberdade econômica (Lei nº 13.874/2019).

66. Poder de polícia: conceito; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia.
67. Principais setores de atuação da polícia administrativa.
68. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), acordo substitutivo de sanção administrativa e compromisso previsto no art. 26 da Lei de Introdução às Normas no Direito Brasileiro.
69. Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias.
70. Usuário do serviço público.
71. Concessão de serviço público: natureza jurídica e conceito; regime jurídico financeiro.
72. Extinção da concessão de serviço público; reversão dos bens.
73. Permissão, autorização e delegação.
74. Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos.
75. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno.
76. Controle interno e externo da administração pública.
77. Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una.
78. Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro.
79. Discricionariedade administrativa e controle jurisdicional.
80. Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos.
81. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.
82. Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro.
83. Ação de regresso.
84. Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas.
85. Tribunal de Contas da União e suas atribuições.
86. Entendimentos com caráter normativo exarado pelo Tribunal de Contas.
87. Agentes públicos: servidor público e funcionário público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais.
88. Cargos de provimento efetivo e cargos de provimento vitalício: garantias; estágio probatório.
89. Cargos em comissão e funções de confiança.

90. Servidores públicos.
91. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis.
92. Improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992 e alterações. Lei nº 14.230/2021 e alterações.
93. Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.
94. Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público.
95. Procedimento administrativo.
96. Instância administrativa.
97. Representação e reclamação administrativas.
98. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio.
99. Prescrição administrativa.
100. Advocacia pública consultiva.
101. Hipóteses de manifestação obrigatória.
102. Aspectos de responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas e do administrador público, quando age em acordo e quando age em desacordo com tais manifestações.

DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Constituição. Conceito, classificação, interpretação e aplicação.
2. Poder constituinte.
3. Controle de constitucionalidade: sistemas e mecanismos; ações do controle concentrado (espécies e efeitos); súmula vinculante; repercussão geral.
4. Ordem social: meio ambiente; família, criança, adolescente, jovem e idoso; educação; índios.
5. Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica, da política urbana, da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.
6. Aplicabilidade das normas constitucionais.
7. Normas de eficácia plena, contida e limitada.
8. Normas programáticas.
9. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
10. Princípios fundamentais.

11. Direitos e garantias fundamentais.
12. Organização político-administrativa do Estado.
13. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
14. Intervenção; administração pública (disposições gerais, dos servidores públicos, dos militares dos Estados e do Distrito Federal).
15. Poder Executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República.
16. Poder Legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições.
17. Processo legislativo.
18. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
19. Comissões parlamentares de inquérito.
20. Poder Judiciário. Disposições gerais.
21. Órgãos do poder Judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.
22. Funções essenciais à justiça: Ministério Público e Conselho Nacional do Ministério Público.

DIREITO CIVIL:

1. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.
2. Aplicação da lei no tempo e no espaço; interpretação da lei; integração da lei; analogia.
3. Princípios gerais do direito e equidade.
4. Das pessoas.
5. Das pessoas naturais.
6. Das pessoas jurídicas.
7. Do domicílio.
8. Dos bens.
9. Das diferentes classes de bens.
10. Bem de família legal e bem de família convencional.
11. Dos fatos jurídicos.
12. Do negócio jurídico.
13. Defeitos do negócio jurídico.
14. Dos atos jurídicos lícitos.
15. Dos atos ilícitos.

16. Da prescrição e da decadência.
17. Da prova.
18. Do direito das obrigações.
19. Das modalidades das obrigações.
20. Da transmissão das obrigações.
21. Do adimplemento e extinção das obrigações.
22. Do inadimplemento das obrigações.
23. Dos contratos em geral.
24. Das várias espécies de contratos.
25. Dos atos unilaterais.
26. Da responsabilidade civil.
27. Das preferências e privilégios creditórios.
28. Do direito das coisas.
29. Da posse.
30. Dos direitos reais.
31. Da propriedade.
32. Da superfície.
33. Das servidões.
34. Do usufruto.
35. Do uso.
36. Da habitação.
37. Do direito do promitente comprador do imóvel.
38. Do penhor, da hipoteca e da anticrese.
39. Da concessão de uso especial para fins de moradia.
40. Da concessão de direito real de uso.
41. Responsabilidade civil do Estado e do particular.
42. Responsabilidade civil do fornecedor pelos produtos fabricados e pelos serviços prestados.
43. Responsabilidade civil por dano causado ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico. Registros públicos. Estatuto da Pessoa Idosa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

1. Da jurisdição: conceito, modalidades, poderes, princípios, órgãos, formas e limites da jurisdição civil.
2. Competência: conceito; competência funcional e territorial; competência internacional. Competência absoluta e relativa. Modificações da competência e conflito; conexão e continência.
3. Da ação: conceito; ação e pretensão; natureza jurídica, condições, princípios, classificação.
4. Do processo e procedimento: natureza e princípios. Formação, suspensão e extinção do processo; pressupostos processuais; tipos de procedimentos.
5. Prazos: conceito, classificação, princípios, contagem; preclusão. Prazos especiais da Fazenda Pública.
6. O juiz: poderes, deveres e responsabilidades.
7. Do Ministério Público e dos auxiliares da justiça.
8. Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores. O litisconsórcio; capacidade de ser parte e estar em juízo. Legitimação ordinária e extraordinária. A substituição processual.
9. Intervenção de terceiros; oposição; nomeação à autoria; denunciação da lide; chamamento ao processo; da assistência.
10. Formação, suspensão e extinção do processo.
11. Dos atos processuais.
12. Petição inicial: conceito, requisitos. Pedidos: espécies, modificação, cumulação. Causa de pedir.
13. Despacho liminar: objeto, natureza, de conteúdo positivo, de conteúdo negativo.
14. Da citação.
15. Da intimação.
16. Da resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção. Revelia. Direitos indisponíveis.
17. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Antecipação de tutela. Tutela específica.
18. Despesas processuais e honorários advocatícios.
19. Prova: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos.
20. Da audiência.

21. Da sentença: requisitos; publicação.
22. Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa julgada formal e coisa julgada material. Preclusão.
23. Recursos: conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. Concessão de efeito suspensivo pelo Relator. Reexame necessário. Apelação. Agravo. Embargos infringentes, de divergência e de declaração. Recurso especial. Recurso extraordinário. Recurso repetitivo no STJ (Lei nº 11.672/2008). Repercussão geral no STF (Lei nº 11.418/2006). Ação rescisória. Nulidades.
24. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença.
25. Processo de execução: pressupostos e princípios informativos. Espécies de execução. Embargos à execução contra a Fazenda Pública. Penhora, arresto, sequestro e depósito. Busca e apreensão. Adjudicação. Alienação em hasta pública. Execução provisória. Embargos do devedor: natureza jurídica, cabimento e procedimento. Embargos de terceiro: natureza jurídica, legitimidade e procedimento. Execução fiscal. Da execução contra a fazenda pública.
26. Processo e ação cautelares. Procedimento cautelar comum, cautelar incidental a recurso especial e extraordinário e procedimentos específicos.
27. Juizados especiais federais.
28. Da ação de usucapião de terras particulares.
29. Ação civil pública, ação popular e ação de improbidade administrativa.
30. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas data. Ação monitória. Reclamação Constitucional. Suspensão de Segurança, de liminar e de antecipação de tutela.
31. Ação discriminatória. Ação de desapropriação. Ações possessórias. Imissão, manutenção e reintegração de posse. Interdito proibitório. Nunciação de obra nova. Ação civil originária nos Tribunais.
32. Medida cautelar fiscal (Lei nº 8.397/1992 e suas alterações).
33. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.
34. Incidente de declaração de inconstitucionalidade e cláusula de reserva de plenário.
35. Pedido de uniformização de jurisprudência.
36. Precatório e requisição de pequeno valor (RPV).
37. Litigância de má-fé.

38. Causas de extinção do processo com ou sem resolução de mérito.
39. Pedido de revisão da sentença nas relações jurídicas continuativas.
40. Cautelar de exibição.
41. Prescrição da pretensão executória.
42. Exceção de pré-executividade.
43. Protesto extrajudicial de título. Protesto de Certidões de Dívida Ativa. Lei nº 9.492/1997 e suas alterações.
44. Ação regressiva.
45. Consignação em pagamento.
46. Ação anulatória.
47. Coisa julgada inconstitucional.
48. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).
49. Conciliação, acordo e transação judicial e extrajudicial.
50. Negócio Jurídico Processual.

DIREITO TRIBUTÁRIO:

1. O Estado e o poder de tributar.
2. Direito tributário: conceito e princípios.
3. Tributo: conceito e espécies.
4. Código Tributário Nacional.
5. Normas gerais de direito tributário.
6. Norma tributária.
7. Espécies.
8. Vigência e aplicação.
9. Interpretação e integração.
10. Natureza.
11. Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.
12. Créditos tributários e não tributários das autarquias e fundações públicas federais.
13. Conceito.
14. Natureza.
15. Revisão.

16. Suspensão, extinção e exclusão.
17. Prescrição e decadência.
18. Correção monetária.
19. CADIN.
20. Lei nº 10.522/2002.
21. Encargo legal.
22. Responsabilidade tributária.
23. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem.
24. Solidariedade e sucessão.
25. Responsabilidade pessoal e de terceiros.
26. Responsabilidade supletiva.
27. Garantias e privilégios do crédito tributário.
28. Sistema Tributário Nacional.
29. Princípios gerais.
30. Limitações do poder de tributar.
31. Impostos da União.
32. Impostos dos estados e do Distrito Federal.
33. Impostos dos municípios.
34. Repartição das receitas tributárias.
35. Dívida ativa e certidões negativas.
36. Lei nº 6.830/1980.
37. Distinção entre taxa e preço público.
38. Uso no cálculo da taxa de elementos da base de cálculo própria de determinado imposto.
39. Parcelamento.
40. Medida cautelar fiscal.
41. Prescrição intercorrente.
42. Repetição de tributos.
43. Certidão da dívida ativa (CDA).
44. Lei nº 13.988/2020 e suas alterações.
45. Lei nº 13.874/2019 e suas alterações.
46. Responsabilidade tributária.
47. Responsabilidade dos sócios.

- 48. Responsabilidade de terceiros.
- 49. Penhora online.
- 50. Redirecionamento da execução fiscal.
- 51. Sucessão empresarial de fato e responsabilidade tributária.
- 52. Elisão e evasão fiscal.
- 53. Normas ante elisivas.
- 54. Execução fiscal de crédito não fiscal.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:

1. Leis e Decretos Federais:

Lei nº 5.517/1968;

Lei nº 5.550/1968;

Lei nº 6.839/1980;

Lei nº 6.885/1980;

Lei nº 12.514/2011;

Lei 11.000/2004;

Decreto nº 64.704/1969;

Decreto nº 69.134/1971;

Decreto nº 5.053/2004;

Decreto-Lei nº 467/1969.

2. Resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV):

nº 591/1992;

nº 672/2000;

nº 682/2001;

nº 1.177/2017;

nº 1.204/2018;

nº 1.330/2020;

nº 1.562/2023;

nº 1.138/2016;

nº 1.228/2018;

nº 1.236/2018;

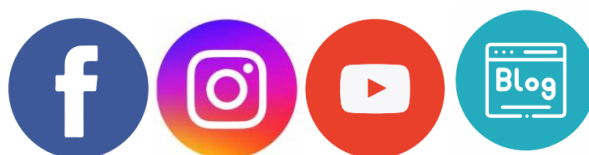
nº 1.298/2019;

nº 1.260/2019;
 nº 1.267/2019;
 nº 1.275/2019;
 nº 1.281/2019;
 nº 1.298/2019;
 nº 1.318/2020;
 nº 1.321/2020;
 nº 1.374/2020;
 nº 1.453/2022;
 nº 1.475/2022;
 nº 1.596/2024.

Resolução CNJ nº 547, de 22 de fevereiro de 2024, que instituiu medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!